

DOCUMENTO METODOLÓGICO

Tribunal Constitucional (Modelos 252 e 253)

Código: 481

Versão: 1.0

Janeiro de 2009

INTRODUÇÃO	3
I - CARACTERIZAÇÃO GERAL	4
1. Código/ Versão/ Data	4
2. Código SIGINE	4
3. Designação	4
4. Actividade Estatística	4
5. Objectivos	4
6. Descrição	4
7. Entidade Responsável	5
8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades	5
9. Financiamento	5
10. Enquadramento Legal	5
11. Obrigatoriedade de resposta	5
12. Tipo de Operação Estatística	5
13. Tipo de Fonte(s) de Informação	5
14. Periodicidade de realização da operação	5
15. Âmbito Geográfico	6
16. Utilizadores da Informação	6
17. Data de início/ Fim	6
18. Produtos	6
II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	7
19. População	7
20. Base de Amostragem	7
21. Unidade(s) Amostrais	7
22. Unidade(s) de Observação	7
23. Desenho da Amostra	7
24. Desenho do Questionário	7
25. Recolha de Dados	8
26. Tratamento dos dados	8
27. Tratamento de não respostas	9
28. Estimacão e obtenção de resultados	9
29. Séries Temporais	9
30. Confidencialidade dos dados	9
31. Avaliação da Qualidade Estatística	9
32. Recomendações Nacionais e Internacionais	9
III – CONCEITOS	10
IV – CLASSIFICAÇÕES	11
V – VARIÁVEIS	11
33. Variáveis de Observação	11
34. Variáveis Derivadas	11
35. Informação a disponibilizar	12
VI – SUPORTES DE RECOLHA	12
36. Questionários	12
37. Ficheiros	12
VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	12
VIII – BIBLIOGRAFIA	13

INTRODUÇÃO

A operação estatística Tribunal Constitucional tem como principais objectivos a recolha, tratamento, análise e difusão da informação do movimento mensal de processos que tramitam no Tribunal Constitucional (Mod 252), bem como a caracterização dos processos de recurso (Mod 253).

O início de recolha da informação atinente ao movimento mensal de processos data de 1984, e a recolha de informação dos processos de recurso findos teve início em 1986.

O Gabinete de Estudos e Planeamento, actual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) foi constituído como órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as Estatísticas da Justiça em 1983, tendo acompanhado a reestruturação, em 1988 desta operação estatística, concretizada pela comissão Consultiva de Estatísticas do Ministério da Justiça, em virtude da necessidade de harmonizar as operações estatísticas existentes na época e aprovadas pelo INE.

Esta informação reveste-se de essencial importância no âmbito de gestão, política legislativa e do planeamento.

Em 2008 os métodos de recolha desta operação estatística (modelos 252 e 253) foram reformulados a fim de acompanhar o processo de desmaterialização da informação da área da justiça, passando a ser reportada, por via de formulários web, do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) da DGPJ a partir de Janeiro de 2009.

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/Versão/Data

481/1.0

2. Código SIGINE

Não aplicável.

3. Designação

Tribunal Constitucional.

4. Actividade Estatística

40 – Justiça

401 – Estatísticas jurisdicionais

368 – Estatísticas da justiça Constitucional

5. Objectivos

Com esta operação estatística pretende-se recolher informação sobre:

- O número de processos, no Tribunal Constitucional, por espécie processual, pendentes do mês anterior, entrados, findos e pendentes para o mês seguinte, de fiscalização, recursos, reclamações e outros;
- Aspectos caracterizadores dos processos de recurso findos no Tribunal Constitucional, nomeadamente quanto à norma cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade se suscitou, sobre a causa originária e dados sobre a decisão final.

6. Descrição

A presente operação estatística contempla o movimento de processos e a caracterização dos processos de recurso findos no Tribunal Constitucional.

Caracteriza-se por ser um inquérito com carácter exaustivo/recenseamento; com periodicidade mensal; de âmbito geográfico nacional; utilizando fontes de informação directa; pela utilização de questionários electrónicos/Web como métodos de recolha e tendo como unidade estatística o Tribunal Constitucional.

7. Entidade Responsável

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Contacto: Telf.:217924000 Fax.:217924080;

E-mail: correio@dgpj.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades

A DGPJ é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das Estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, tratamento, análise e difusão da informação da informação relativa ao Tribunal Constitucional (modelos 252 e 253). O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das Notações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

10. Enquadramento Legal

- Lei 28/82, de 15 de Novembro.

11. Obrigatoriedade de resposta

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

Recenseamento.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Mensal.

15. Âmbito Geográfico

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira)

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao Sistema de Estatística Nacional):

- Direcção-Geral da Política de Justiça.

Nacionais:

- Administração Pública Central - Ministério da Justiça;
- Pessoas singulares - Utilizadores Individuais (utilizam a totalidade/parte da informação);

Necessidades de informação:

Os utilizadores indicados fazem uso de toda a informação produzida.

17. Data de início/Fim

Início:

01/01/1984 – Início da recolha de dados sobre o movimento mensal (mod 252), através de inquérito em papel;

01/01/1986 – Início da recolha de dados sobre a caracterização dos processos de recurso findos (mod 253), através de inquérito em papel.

18. Produtos

Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação:

45 dias após a recolha da mesma;

Designação: Estatísticas do Tribunal Constitucional;

Tipo de Produto: Quadros pré-definidos;

Periodicidade de disponibilização: Mensal;

Nível Geográfico: País (Tribunal Constitucional);

Tipo de disponibilização: Não sujeito a Tarifação;

Utilizadores: Os mesmos utilizadores referidos no ponto 16.

II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

O universo e o universo de referência são coincidentes com a unidade de observação - Tribunal Constitucional.

20. Base de Amostragem

O ficheiro é constituído apenas por uma unidade: Tribunal Constitucional.

21. Unidade(s) Amostrais

O Tribunal Constitucional.

22. Unidade(s) de Observação

O Tribunal Constitucional.

23. Desenho da Amostra

Não aplicável.

24. Desenho do Questionário

Em 1988 esta operação estatística foi reestruturada pela comissão Consultiva de Estatísticas do Ministério da Justiça, tendo o Gabinete de Estudos e Planeamento, actual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) acompanhado essa reestruturação. Sendo de referir, que se manteve inalterada ao longo dos anos

Em Janeiro de 2009 o método de recolha desta operação estatística foi sujeito à reformulação de inquéritos em papel para formulários electrónicos (Web). Os intervenientes no processo de recolha foram consultados. Aplicou-se a metodologia com vista a integração dos dados provenientes dos diferentes formatos (papel e web) e desencadeou-se o procedimento de realização de testes, pela DGPJ e também por parte da entidade informadora, em ambiente de qualidade, estando reunidas as condições para funcionar em ambiente de produção do SIEJ.

25. Recolha de Dados

Período de Referência dos Dados: Mês;

Período de Recolha: Até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeita a informação;

Data de Expedição: Não aplicável;

Contacto Inicial: Não aplicável;

Método de Recolha: Até 31/12/2008 questionário em papel; a partir de 01/01/2009 questionário electrónico/Web;

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto da entidade informadora ocorrem principalmente através do correio electrónico inerente ao SIEJ, se por ventura, a omissão da informação persistir, envia-se uma nota de aviso ao responsável pelo Tribunal;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Não aplicável, uma vez que se pretende para este instrumento de notação uma taxa de resposta de 100%;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Não aplicável;

Possibilidade ou não de inquiridos Proxy: Não aplicável;

Utilização de incentivos: Não aplicável;

- **Disponibilização de apoio aos respondentes:** O próprio formulário Web possui, em cada ecrã, uma hiperligação para a “Ajuda”, com indicações precisas para o seu preenchimento); por telefone; por correio electrónico disponível na aplicação do SIEJ; e por e-mail da DGPJ;

Formação aos entrevistadores: Acções de demonstração sobre as funcionalidades do SIEJ;

Captura dos dados

Entrada de Dados: Recolha electrónica;

Codificação: Automática;

Software Utilizado:

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

SQL Server 2000; IBM DB2; SAS

26. Tratamento dos dados

O método de tratamento da informação compreende a notação sumária de mapas de situação/actividade e por ocorrências. A validação da coerência (referente quer ao número de processos quer ao número de recursos) é feita através da comparação dos mapas mensais de actividade com os meses anteriores e com períodos homólogos. No sentido de obter uma

informação mais precisa, o sistema (SIEJ) introduz mensagens de erro ou de confirmação nos formulários electrónicos (Web), a fim de, antes de cada modelo ser enviado, alertar o utilizador para o não cumprimento das validações existentes no sistema.

27. Tratamento de não respostas

Não se aplica tratamento de não-respostas, porque o objectivo é a obtenção de uma taxa de resposta de 100%. Uma vez que a funcionalidade do SIEJ – “Modelos em Falta” permite listar os modelos que estão nessa situação. Se a ausência persistir, efectuem-se insistências junto da entidade informadora, ora por contactos telefónicos, ora pelo correio electrónico inerente ao SIEJ, ou por notas de aviso endereçadas ao responsável pelo tribunal.

28. Estimação e obtenção de resultados

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística. Os dados são obtidos por agregação dos valores efectivos e sujeitos a uma análise descritiva.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade.

30. Confidencialidade dos dados

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei nº22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais unidades estatísticas por variável ou conjunto de variáveis base, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta das unidades estatísticas.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Quanto ao parâmetro precisão – Não aplicável.

Quanto ao parâmetro coerência - Este é assegurado através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados infra-anuais, provisórios e definitivos etc.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável.

III – CONCEITOS

336 – Apoio Judiciário (Benefício concedido aos carenciados economicamente e que compreende a dispensa, total ou parcial, de taxa de justiça e demais encargos com o processo, o diferimento do pagamento da taxa de justiça e demais encargos com o processo, e a nomeação e pagamento de honorários de patrono ou, em alternativa, pagamento de honorários do patrono escolhido pelo requerente);

346 – Autor (Pessoa que, em processo declarativo, requer a providência judiciária a que tende a acção);

370 – Custas judiciais (Despesas que as partes são obrigadas a fazer para a condução do processo, compreendendo a taxa de justiça e os demais encargos);

389 – Fiscalização preventiva (Processo tendente a averiguar da conformidade de uma norma com a Constituição que se desenvolve antes de terminado o respectivo processo legislativo);

390 - Fiscalização sucessiva (Processo tendente a averiguar da conformidade de uma norma com a Constituição que se desenvolve depois de concluído o respectivo processo legislativo);

395 – Inconstitucionalidade por omissão (Aquela que se verifica quando, através de uma abstenção, se violam normas ou princípios constitucionais);

404 – Julgamento (Fase processual que visa a pronúncia da decisão final sobre o objecto da acção, consubstanciada numa sentença ou acórdão. O julgamento diz-se de fundo quando na decisão se conhece do mérito da causa);

411 – Ministério Público (Órgão do Estado, integrado nos tribunais e dotado de autonomia e estatuto próprio, encarregado de representar o Estado e outras pessoas a quem este deva protecção, exercer a acção penal e defender legalidade democrática e os interesses que a lei determinar. Vinculado, na sua actividade, a critérios de objectividade e legalidade, tem por órgão superior a Procuradoria-Geral da República e por agentes o procurador-geral da República, o vice-procurador-geral da República, procuradores-gerais adjuntos, procuradores da República e delegados do procurador da República e constitui uma magistratura paralela à magistratura judicial);

419 - Patrocínio officioso (O patrocínio judiciário diz-se officioso quando o profissional do foro é nomeado pela ordem dos advogados ou pelo juiz, nos termos da lei de processo ou no âmbito do benefício do apoio judiciário/assistência judiciária);



Direcção-Geral da Política de Justiça

429 – Processo (Auto constituído pelas peças escritas emanadas das partes, pelas decisões do tribunal e actos do Ministério Público, e pelo relato, mais ou menos circunstanciado, dos actos e diligências praticadas no desenvolvimento da acção);

437 – Processo findo (Processo em que é proferida decisão final, na forma de acórdão, sentença ou despacho, na respectiva instância, independentemente do trânsito em julgado);

451 – Recurso (Pedido de reponderação sobre certa decisão judicial apresentado a tribunal);

464 – Réu (Pessoa contra quem se requer a providência judiciária a que tende a acção);

3774 – Reclamação (Impugnação da decisão junto do próprio órgão que a proferiu).

IV – CLASSIFICAÇÕES

- V01585 – Tabela de Tribunais.

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

- Processos pendentes do mês anterior, entrados instaurados no próprio tribunal, ou vindos de outros tribunais, findos por decisão preliminar ou por decisão final, e pendentes para o mês seguinte por espécie, de fiscalização preventiva/sucessiva da constitucionalidade ou da legalidade e de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão;
- Recursos em processos (cíveis, penais administrativos e outros);
- Reclamações e outros processos;
- Recorrente, tribunal, norma da inconstitucionalidade/ilegalidade;
- Causa originária (cível, penal, administrativo, laboral, contribuições e impostos e outro processo);
- Decisão final;
- Apoio judiciário;
- Custas.

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação.

35. Informação a disponibilizar

Com esta operação estatística pretende-se disponibilizar informação sobre:

- Número de processos a tramitar ou tramitados no Tribunal Constitucional, por espécie processual, pendentes do mês anterior, entrados, findos e pendentes para o mês seguinte, de fiscalização, recursos, reclamações e outros;
- Número de processos de recurso findos no Tribunal Constitucional, caracterizados por requerente, tribunal autor da decisão recorrida, norma cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade se suscitou, quanto à existência de reclamação /ou não, dados sobre a causa originária, sobre a decisão final, sobre o apoio judiciário e suas modalidades, e relativos à isenção ou não de custas.

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Até 31 de Dezembro de 2008 questionário em papel; a partir de 01/01/2009 formulário web da operação estatística Tribunal Constitucional.

37. Ficheiros

Não aplicável.

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

INE - Instituto Nacional de Estatística

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

SQL – Structure Query Language

SAS – Statistics Analysis System

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

Web – World wide web

VIII – BIBLIOGRAFIA

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>
- Website do Tribunal Constitucional: <http://www.tribunalconstitucional.pt>